



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

SENTENÇA

Processo Digital nº: **1002968-10.2018.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos**
 Requerente: **Yara Aparecida Monteiro Braga**
 Requerido: **"Fazenda Pública do Estado de São Paulo e outro"**

Justiça Gratuita

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Gabriela Müller Carioba Attanasio**

Yara Aparecida Monteiro Braga move(m) ação contra "Fazenda Pública do Estado de São Paulo e DETRAN - DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO - SÃO PAULO almejando a sustação do protesto da CDA n.º 1238352417. Afirma que era proprietária do veículo VW Gol 1.0, placa HIG 9569, RENAVAN 210658142, ano 2010, modelo 2011, cor preta, e que, no dia 20 de janeiro de 2016, o bem foi rebocado para o pátio municipal, sob a alegação de falta de licenciamento e pagamento de IPVA, sendo leiloadado em fevereiro de 2016, com baixa definitiva desde 14 de dezembro de 2016, contudo o órgão responsável não procedeu à regular baixa, passando a ser cobrada por débitos de IPVA do ano de 2016. Sustenta que o referido veículo hoje tem valor de mercado de R\$ 18.562,00, fonte IPVA (DETRAN) e os débitos existentes em janeiro de 2016 não passavam de R\$ 5.000,00 e que, desde a remoção, as requeridas ficaram na posse do bem, portanto, não deveria estar sendo cobrada nem haver protesto dos débitos a ele referentes.

Contestação apresentada, alegando-se que o veículo em questão consta ainda em nome da seguradora MAFRE S.A., com comunicação de venda para a autora no ano de 2011. Sustentam, ainda, que, conforme informações de fls. 11/14, anexadas pela própria Autora, o último licenciamento do veículo foi no ano de 2011, antes de sua alienação para ela que, depois de adquiri-lo, nunca mais o licenciou, deixando passar 7 anos descumprindo as regras de trânsito. Registram que o IPVA do ano de 2012, do veículo foi



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

objeto de inscrição na dívida ativa, com protesto em 13.01.2014, tendo ocorrido o pagamento do débito em 24.06.2015, sendo que até a presente data o cancelamento do protesto não ocorreu pela ausência de pagamento dos emolumentos do cartório; que o IPVA do ano de 2013 também foi inscrito na dívida ativa e levado a protesto, que se efetivou em 10.06.2015, tendo ocorrido o pagamento em 24.06.2015, sendo que a PGE solicitou o cancelamento do protesto face o pagamento posterior e foi cancelado; que o IPVA de 2015 também foi inscrito na dívida ativa, mas não houve o protesto, estando em aberto o débito; que o IPVA de 2016 é o que foi levado neste ano a protesto e é o objeto do pedido de cancelamento e de danos Morais.

Aduzem, ainda, que o IPVA é lançado no primeiro dia do exercício, estando, portanto, o lançamento de 2016, absolutamente correto e que o leilão em hasta pública só ocorreu no final do ano e, assim, apenas o IPVA do exercício seguinte não é devido, nos termos da legislação.

Alegam que o lançamento e o protesto do débito estão corretos, que a perda da propriedade pela alienação do veículo em leilão foi no final de 2016, sendo que o imposto do exercício é de responsabilidade de seu proprietário na data do lançamento, que é o primeiro dia do ano de 2016. Assim, o lançamento, a inscrição e consequentemente o protesto da certidão da dívida estão corretos, sendo que o arrematante é responsável pelos impostos após a arrematação. Sustentam, ademais, que são partes absolutamente ilegítimas para figurar no polo passivo da ação em relação ao pleito de prestação de contas de quando e quem arrematou o veículo, bem como do valor dos débitos e da arrematação.

Houve réplica.

É o relatório.

Fundamento e decido.

Inicialmente, afasto a alegação de ilegitimidade quanto ao pedido de prestação de contas, pois, embora o leilão possa não ter sido realizado diretamente pelos requeridos, o foi por preposto deles, podendo facilmente obter as informações de interesse do autor.

No mais, o pedido comporta parcial acolhimento.

Conforme já consignado quando do indeferimento da tutela antecipada, o documento de fls. 08/09 indica que a autora adquiriu o veículo em 16/03/2011, tendo a



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

FESP levado a protesto a Certidão de Dívida Ativa do IPVA de 2016, conforme se observa no documento de fl. 10. Já o doc. de fl. 11 indica que o veículo foi relacionado para leilão, inserido em 20/10/2016, edital 002/2016, lote 0204.

Dispõe os artigos 1º, 2º e 3º da Lei 13.296/08:

Artigo 1º - Fica estabelecido, por esta lei, o tratamento tributário do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores - IPVA.

Parágrafo único - Considera-se veículo automotor aquele dotado de mecanismo de propulsão própria e que sirva para o transporte de pessoas ou coisas ou para a tração de veículos utilizados para o transporte de pessoas ou coisas.

Artigo 2º - O Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores - IPVA, devido anualmente, tem como fato gerador a propriedade de veículo automotor.

Artigo 3º - Considera-se ocorrido o fato gerador do imposto:

I - no dia 1º de janeiro de cada ano, em se tratando de veículo usado;

Assim, considerando que o fato gerador do IPVA, nos termos do inciso I, do artigo 3º, da Lei nº 13.296/08, ocorre em 1º de janeiro de cada exercício, a autora é a responsável pelo pagamento do tributo em questão, já que não há demonstração da data em que o bem foi apreendido e removido.

Desta maneira, não há que se falar em dano moral, uma vez que o protesto não foi indevido, já que não houve o pagamento.

Por outro lado, a autora tem interesse em conhecer o valor total dos débitos do veículo, após a sua venda em leilão, bem como o valor obtido com ele, pois o numerário deve ser destinado ao pagamento dos tributos pendentes e pode haver saldo credor.

Ante o exposto, julgo o processo com resolução do mérito e parcialmente procedente o pedido, para condenar os requeridos na obrigação de prestar contas à autora, sobre qual o valor do débito pendente sobre o bem, até a sua venda em leilão, bem como o valor da arrematação.

A presente sentença é proferida, ainda que o cadastro no SAJ esteja diferente, pelo Juizado da Fazenda Pública, afeto a esta mesma unidade judicial (art. 600, I das NCGJ), vez que o Juizado da Fazenda Pública é o competente para o processo e julgamento da presente causa nos termos do art. 2º, caput da Lei nº 12.153/2009, competência esta



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

absoluta como dispõe o § 4º do mesmo dispositivo legal. Se o presente feito não estiver atribuído, no SAJ, ao JEFAZ, providencie a serventia a necessária redistribuição.

Sem verbas sucumbenciais (art. 27 da Lei nº 12.153/09 c/c art. 55 da Lei nº 9.099/95).

P.I.

São Carlos, 16 de maio de 2018.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**